

O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DE PROGRAMAS DE TURISMO SOCIAL PARA FAMÍLIAS ECONOMICAMENTE CARENCIADAS

TACKLING SOCIAL EXCLUSION THROUGH SOCIAL TOURISM PROGRAMS FOR ECONOMICALLY DISADVANTAGED FAMILIES

Joana Lima

Aluna de Doutoramento em Turismo, Assistente convidada, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia industrial, Universidade de Aveiro

jisl@ua.pt

Celeste Eusébio

PhD em Turismo, Professora Auxiliar, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia industrial, Universidade de Aveiro

celeste.eusebio@ua.pt

Celeste Amorim Varum

PhD em Economia, Professora Auxiliar, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia industrial, Universidade de Aveiro

camorim@ua.pt

RESUMO

O turismo oferece oportunidades para explorar novos ambientes e para participar em novas situações, que podem proporcionar vários benefícios para os turistas. Apesar do reconhecimento desses potenciais benefícios e de o turismo ser uma actividade em crescimento, permanecem algumas dúvidas acerca dos impactos sociais do turismo para os turistas e existem, ainda, muitos constrangimentos à prática turística. O baixo nível de rendimento é um desses constrangimentos, transformando o turismo numa actividade inacessível para muitos grupos na sociedade, mesmo nas economias desenvolvidas. Neste contexto, o Turismo Social aparece como tentativa de restaurar a igualdade de acesso ao turismo, integrando objectivos relacionados com o combate à pobreza e exclusão social. Não obstante esta realidade, existem poucos estudos que analisam o turismo para grupos economicamente carenciados, sendo esta uma área de investigação pouco estudada.

Este estudo visa analisar os potenciais benefícios de Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas e estudar alguns Programas de Turismo Social existentes para este segmento. Com esse intuito, efectuou-se uma análise de conteúdo de diversas publicações, que permitiu: (i) conhecer o tipo de benefícios da prática turística para famílias carenciadas; (ii) verificar o surgimento recente de alguns Programas de Turismo Social para este segmento; e (iii) apresentar as principais características de cada um desses Programas.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo Social, Famílias economicamente carenciadas, Inclusão Social, Benefícios do Turismo.

ABSTRACT

Tourism offers opportunities to explore new environments and participate in new situations, which may originate several benefits for tourists. Although the recognition of these potential benefits and the

fact that tourism has grown considerably in recent decades, there still many doubts about the social impacts of tourism on tourists and many constraints to the practice of tourism. Low income is one of those constraints that make tourism inaccessible for many groups in society, even in the developed economies. In this context, social tourism appears as an attempt to restore equal access to tourism, integrating targets related to combat poverty and social exclusion. Notwithstanding this reality, few studies analyzing tourism for low-income groups have been undertaken.

This study aims at analyzing the benefits that may arise from social tourism programs for low-income families of the developed societies and to reflect about some of the existing social tourism programs directed to this segment. To achieve this objective, a documental analysis was carried out, which allowed to: (i) understand the benefits that may arise from tourism for low-income families; (ii) verify that some social tourism programs for low-income families were created in Europe through the last century; and (iii) analyze the main characteristics of each one of them.

KEYWORDS

Social Tourism, Low-income families, Social inclusion, Tourism benefits.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma das actividades económicas de maior importância a nível internacional e nacional. Dados do *World Travel & Tourism Council* (2009) estimam que o turismo representará (de forma directa, indirecta e induzida), em 2011, 8,8% do emprego e 9,1% do PIB mundiais e representará, em 2021, 9,7% do emprego e cerca de 9,6% do PIB mundiais. De acordo com o mesmo organismo, em Portugal, o turismo, em 2011, contribuirá (de forma directa, indirecta e induzida) com 14,7% do PIB nacional e será responsável por 18,4% do emprego nacional, esperando-se que, em 2021, o sector do turismo em Portugal, represente cerca de 16,2% do PIB e 20,6% do total de emprego (WITC, 2009b). Estes indicadores permitem evidenciar que alguns estudos têm sido desenvolvidos no sentido de averiguar o impacte económico do turismo para as regiões. Porém, este tipo de efeitos do turismo não é o único tipo de impactes do turismo para as regiões e sociedades.

Os impactes do turismo podem ser divididos em três grandes categorias – impactes físicos, impactes sociais e impactes económicos (Mathieson e Wall, 1982), que por sua vez, podem subdividir-se, ainda, de acordo com o seu beneficiário: (i) efeitos do turismo para o indivíduo; (ii) efeitos do turismo para as regiões de origem; e (iii) efeitos do turismo para as regiões de destino dos visitantes.

A literatura existente concentra-se nos efeitos do turismo sobre os destinos e sobre as comunidades receptoras (Kadt, 1979; Mathieson e Wall, 1990; Liu, 1998 e Eusébio, 2006), existindo já alguns estudos que analisam os benefícios que os visitantes retiram da prática da actividade turística (por exemplo, Alexander *et al*, 2010; Minnaert *et al*, 2009; Smith e Hughes, 1999; Mitchel, 1998). No entanto, verifica-se que ainda existe uma grande lacuna na investigação sobre os benefícios que as famílias podem retirar da prática turística, lacuna mais evidente se considerarmos a investigação acerca da relação entre Turismo e a inclusão social de famílias economicamente carenciadas e dos benefícios que Políticas Sociais de promoção de Programas de Turismo Social podem proporcionar para os indivíduos e para a Sociedade (Minnaert *et al*, 2009).

Considerando tal lacuna, este trabalho pretende contribuir para a análise dos benefícios que podem emergir de Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas, nas economias

desenvolvidas, e analisar as características de alguns Programas de Turismo Social que já existem, direccionados para este segmento. Na prossecução desse objectivo, estruturou-se o presente artigo em quatro secções. Na presente secção apresentam-se os fundamentos, objectivos e estrutura do trabalho e na secção subsequente apresenta-se a metodologia adoptada. A terceira secção, por sua vez, subdivide-se em 3 partes: na primeira discutem-se os benefícios sociais do Turismo, pormenorizando os benefícios que poderão ser obtidos por grupos carenciados da população que integrem Programas de Turismo Social; na segunda, apresenta-se uma breve reflexão acerca da evolução do conceito e práticas de Turismo Social; e na terceira subsecção apresentam-se alguns Programas de Turismo Social para famílias carenciadas a nível internacional, particularizando o caso de Portugal. A última secção do trabalho reúne algumas conclusões e implicações da análise efectuada para a definição de Políticas Sociais que integrem o turismo como instrumento para a inclusão social.

2. METODOLOGIA

Considerando o objectivo do presente trabalho e o facto de se tratar de uma temática ainda relativamente pouco estudada, optou-se pelo recurso a dados secundários. Assim, numa primeira fase, efectuou-se uma análise documental, acerca das seguintes temáticas: (i) benefícios do turismo para os indivíduos; (ii) Turismo Social; (iii) Turismo Social para famílias economicamente carenciadas. Essa análise recaiu sobre livros, artigos científicos e relatórios de investigação publicados, quer nacionais, quer internacionais. Analisaram-se, adicionalmente, documentos oficiais (pareceres, relatórios, estudos) de organizações nacionais e internacionais que trabalham no domínio do Turismo Social (por exemplo, EESC, BITS, FHA). Esta primeira fase da análise permitiu identificar o tipo de benefícios da prática turística para famílias carenciadas.

Numa segunda fase, com o intuito de identificar alguns Programas de Turismo Social direccionados para famílias economicamente carenciadas que têm surgido recentemente, efectuou-se uma pesquisa na internet e procedeu-se à análise do conteúdo dos sites das entidades promotoras/gestoras de cada Programa, das fichas de inscrição nos Programas (quando disponíveis) e dos regulamentos de cada Programa (sempre que disponíveis). Esta análise dos diferentes Programas teve como objectivo identificar as principais características e diferenças que se verificam entre os Programas identificados, base importante para, em estudos posteriores, se poderem analisar de forma mais pormenorizada a estrutura e efeitos de cada Programa.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. POTENCIAIS BENEFÍCIOS DO TURISMO PARA FAMÍLIAS ECONOMICAMENTE CARENCIADAS

Os impactes sociais do Turismo podem ser, tal como referido anteriormente, avaliados na perspectiva dos efeitos que a prática turística provoca nos visitantes, sendo esta abordagem menos comum na literatura (Mathieson e Wall, 1982; Cooper *et al*, 2005; Alexander *et al*, 2010). As consequências positivas do “efeito demonstração”, alterando comportamentos nos visitantes e causando alterações nas regiões de origem desses visitantes, são, ainda, relativamente pouco estudadas, sendo esta a abordagem a explorar nesta secção.

A partir de meados do último século, têm sido realizados alguns estudos que se debruçam sobre a temática dos benefícios do Turismo para os seus praticantes, como, por exemplo, os estudos

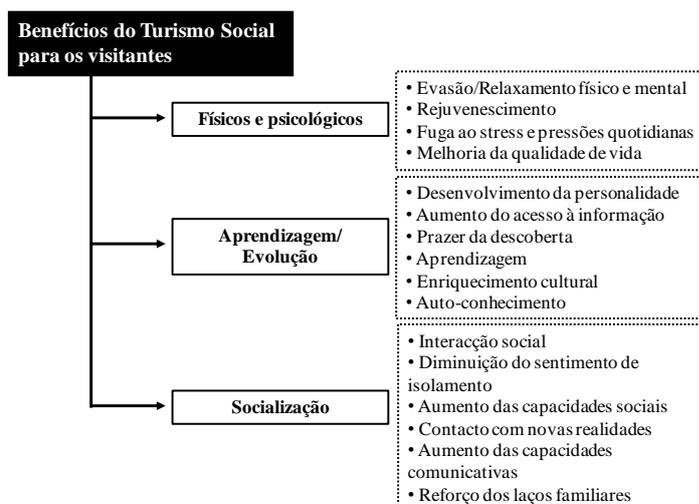
desenvolvidos por E.T.B. (1976), Haukeland (1990), Mitchel (1998), Smith e Hughes (1999), D.C.M.S. (1999), EESC (2006), Minnaert *et al* (2006), Minnaert *et al* (2009), FHA (2009) e McCabe *et al* (s/d). Estes autores defendem que ter acesso a férias fora do local habitual de residência, com todas as oportunidades de novas experiências associadas, tem efeitos positivos nos indivíduos, enunciando como alguns desses benefícios os seguintes: (i) descansar e recuperar do trabalho; (ii) aliviar as pressões quotidianas; e (iii) alargar horizontes; (iv) aprender e contactar com outras culturas; (v) aprofundar a cidadania; (vi) promover da tolerância e compreensão; (vii) promover o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo; (viii) promover a saúde física e mental; e, em consequência de todos estes efeitos, (ix) proporcionar a melhoria do bem-estar geral.

Os autores que analisam concretamente os benefícios decorrentes da participação turística para visitantes com maiores impedimentos de participar nessa actividade (Gilbert e Abdullah, 2004; Hughes, 1991; Minnaert, 2007; Minnaert et al, 2009; Smith e Hughes, 1999; Shaw e Coles, 2004) concluem que os grupos sociais desfavorecidos associam às férias benefícios muitos semelhantes aos benefícios também associados pela população em geral. No entanto, estes grupos mais desfavorecidos sentem esses benefícios associados à prática de turismo com maior intensidade do que a população em geral (Shaw e Coles, 2004 e Smith e Hughes, 1999). No caso concreto das famílias economicamente carenciadas, a maior intensidade sentida nos benefícios decorrentes de uma participação num Programa de Turismo, prende-se com o facto de estas famílias estarem sujeitas diariamente a grandes níveis de desgaste e stress, consequências da escassez de rendimentos, que contribuem para uma diminuição da auto-estima e a força para enfrentar os problemas, corroendo, ao mesmo tempo, os seus recursos e capacidades emocionais (Sousa *et al*, 2007). Os contributos que o Turismo pode trazer para as famílias, ao nível da promoção da socialização e da possível criação de redes sociais fora dos habituais círculos frequentados, são aspectos a considerar como importante benefício do turismo para os visitantes (Smith e Hughes, 1999 e Minnaert *et al*, 2009). Esta importância decorre do facto de a socialização ser fortemente estruturante da reintegração das famílias na sociedade e poder promover bases para a alteração dos comportamentos que perpetuam a situação de exclusão vivida por essas famílias.

Outro tipo central de benefícios considerado no combate à exclusão social através do turismo tem a ver com as oportunidades de aprendizagem que esta actividade proporciona. Mitchell (1998) afirma que, apesar de ser pouco abordada, a temática da aprendizagem turística é um tema importante, constituindo muitas vezes a motivação para viajar. A aprendizagem que o turismo proporciona encaixa-se no conceito de aprendizagem pela experiência. Beard e Wilson (2002) salientam que a aprendizagem pela experiência envolve a pessoa como um todo, através do despertar conjunto de pensamentos, emoções e actividade física, tornando-se mais efectiva que outros processos de aprendizagem. Estes autores, tal como Mitchell (1998), reconhecem nas actividades de lazer e de recreação, um dos diversos aspectos da vida que potenciam a aprendizagem através da experiência. Isto significa que o turismo, enquanto actividade de lazer e estimulante da vivência do intercâmbio cultural, do acesso a diferentes ideias e informações e do contacto com realidades e pessoas diferentes, poderá representar um ponto de partida para desenvolver processos de aprendizagem activa nos indivíduos que o praticam.

Assim, optou-se por sistematizar os benefícios do Turismo Social para as famílias economicamente carenciadas em três grandes categorias: benefícios físicos e psicológicos; benefícios de aprendizagem e evolução; e benefícios de socialização (Figura 1).

Figura 1. Potenciais benefícios decorrentes do Turismo Social, para famílias economicamente carenciadas



Fontes: Elaborado com base em Smith e Hughes, 1999; Shaw e Coles, 2004; Gilbert e Abdullah, 2004; EESC, 2006; INATEL, 2009a, b; Minnaert *et al*, 2009; Alexander *et al*, 2010.

Considerando os potenciais benefícios que o turismo pode proporcionar aos seus participantes, em especial às famílias economicamente desfavorecidas, vários autores (como por exemplo, E.T.B., 1976; Haukeland, 1990; Smith e Hughes, 1999; EESC, 2006; Minnaert *et al*, 2007; Minnaert *et al*, 2009; FHA, s/d; McCabe *et al*, s/d) consideram que o turismo deveria ser acessível a todos os que o quisessem praticar, e que cabe aos agentes da oferta (nos quais se encontra inserido o sector público) garantir esse igual acesso ao Turismo. O EESC (2006) afirma mesmo que, todos, incluindo os elementos menos privilegiados da sociedade, têm direito a tempo de lazer que permita o desenvolvimento da sua personalidade e da sua integração social, e que o turismo constitui uma forma de exercício desse direito.

No entanto, apesar de ser considerado um direito básico do ser humano e de serem inúmeros os benefícios reconhecidos para o indivíduo que o pratica, a máxima “Turismo para todos”, ainda está longe de ser uma realidade. Existem de facto diversos tipos de constrangimentos à prática de Turismo. Barreiras arquitectónicas, estilo de vida (pouco tempo disponível), crenças sociais, características de personalidade, incapacidades (físicas, mentais ou sociais), isolamento pessoal e/ou familiar e baixos rendimentos constituem-se como obstáculos efectivos à prática turística (Alegre *et al*, 2010; Crawford *et al*, 1991, Daniels *et al*, 2005, Hudson e Gilbert, 2000, Mill e Morrison, 1992, Nyaupane *et al*, 2004, Raymore *et al*, 1991, Hall e Brown, 2006, EESC, 2006). Estes constrangimentos transformam o turismo actual numa prática não acessível para todos de igual forma, sendo o baixo nível de rendimento encarado, por alguns autores (Hall e Brown, 2006; Haukeland, 1990; Shaw e Coles, 2004; Yau *et al*, 2004), como um dos maiores constrangimentos à realização de viagens turísticas. Uma das formas de ultrapassar este constrangimento é a inclusão do Turismo em Políticas Sociais.

3.2. A RELEVÂNCIA DO TURISMO SOCIAL

Num contexto em que as desigualdades sociais são cada vez mais visíveis, não só entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, mas também no interior dos países desenvolvidos, a ONU (1990) define pobreza como um conceito mais abrangente do que apenas ter um baixo nível de rendimento. Este organismo afirma que a pobreza passa também por privações relacionadas com o acesso à saúde, à educação, ao conhecimento e à comunicação e, ainda, com a incapacidade de exercer

direitos humanos e políticos, privações que levarão à inexistência de condições de dignidade, confiança e respeito. Desde finais do século XX, a erradicação da pobreza tem sido enfatizada em diversas reuniões e conferências internacionais, em resultado de se ter tornado objectivo prioritário da acção de organismos internacionais, como a ONU (1997). Essa preocupação tornou-se ainda mais evidente com a consagração da erradicação da pobreza como um dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ONU, 2009).

Adicionalmente, verifica-se que os direitos sociais, na sua expressão original, abrangiam direitos que vão desde “um nível módico de bem-estar e segurança até ao direito a partilhar plenamente o património social e viver a vida de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade” (Marshall, 1963 cit. por Sousa *et al*, 2007:89). Estes direitos são também reconhecidos constitucionalmente em Portugal, como por exemplo, o direito ao ambiente e qualidade de vida (artº 66º, CRP). Smith e Hughes (1999) referem, ainda, que a pobreza limita a capacidade de os indivíduos serem membros activos e completos da sociedade e concluem que o reconhecimento desta relação, por parte de alguns governos, esteve na base da criação de Programas de Turismo Social integrados nas suas Políticas Sociais (por exemplo em França, Espanha, Portugal ou Reino Unido).

Assim, num contexto em que as desigualdades sociais são visíveis no interior dos países desenvolvidos, aumentam as preocupações com a exclusão social, surgindo o Turismo Social como tentativa de proporcionar aos indivíduos excluídos da sociedade a oportunidade de participar na actividade turística, uma dimensão que caracteriza a sociedade actual e a qualidade de vida. Esta forma de turismo apresenta-se como um fenómeno relativamente recente, uma vez que, tal como o conhecemos hoje, apenas emergiu no século XX e, só após a II Guerra Mundial, foi reconhecido e apoiado por algumas autoridades públicas (EESC, 2006). Nos anos 50 e 60, diversas organizações e associações começaram a reunir esforços para promover esta actividade e foi criado um organismo de coordenação internacional do Turismo Social – BITS, que ainda hoje representa internacionalmente esta actividade (EESC, 2006). Em 1993, a Comissão Europeia definiu que o “Turismo Social é organizado em alguns países por associações, cooperativas e sindicatos e é concebido para tornar o turismo acessível a um maior número de pessoas, especialmente aos grupos populacionais mais desfavorecidos” (BITS, 2010). Posteriormente, o Comité Económico e Social Europeu (EESC, 2006) declarou que uma actividade constitui Turismo Social quando verifica as seguintes condições: (i) os seus participantes não poderiam exercer, de forma alguma, o seu direito ao turismo; (ii) alguma entidade decide agir no sentido de reduzir os obstáculos que impedem um individuo de exercer o seu direito a praticar Turismo; e (iii) essa acção ajuda efectivamente um grupo de pessoas a participar na actividade turística, com respeito pelos valores da sustentabilidade, acessibilidade e solidariedade. Embora não exista, ainda, uma definição única do conceito de Turismo Social, a maioria dos agentes envolvidos, reconhecem que o Turismo Social se refere a Programas e actividades que permitam a todos os grupos populacionais, particularmente aos jovens, às famílias com baixos rendimentos, aos idosos e a pessoas com deficiência, praticar turismo, considerando sempre a necessidade de salvaguardar a qualidade das relações entre visitantes e comunidades dos destinos (European Commission, 2010).

Os organismos que promovem o Turismo Social reconhecem não só os benefícios destas medidas para os grupos sociais alvo, mas, também, os benefícios para os destinos. Estes benefícios incluem a diminuição da sazonalidade da procura turística, a valorização do património histórico-cultural, o aumento do emprego e do rendimento (EESC, 2006; Minnaert *et al*, 2009; Smith e Hughes, 1999; Hazel, 2005). Recentemente, o reconhecimento por parte da União Europeia da necessidade de avaliar o contributo do Turismo Social para a Sociedade, culminou com a criação do projecto CALYPSO, projecto que pretende avaliar os impactes do Turismo Social para os países da União e implementar um sistema de intercâmbio de pessoas entre países com diferentes Programas de Turismo Social. Um

dos objectivos do referido projecto consiste na fundamentação e avaliação do contributo do Turismo Social para promover a “aprendizagem activa” das famílias carenciadas.

No entanto, apesar deste reconhecimento, ainda existe relativamente pouca implementação de Programas de Turismo Social como instrumentos de Política Social para a inclusão de grupos sociais desfavorecidos, particularmente se nos referirmos às famílias economicamente carenciadas.

Na secção que se segue analisar-se-ão alguns exemplos de Programas de Turismo Social cujo segmento-alvo são as famílias economicamente carenciadas.

3.2.1. PROGRAMAS DE TURISMO SOCIAL PARA FAMÍLIAS ECONOMICAMENTE CARENCIADAS

A par do reconhecimento da utilidade e benefícios diversos dos Programas de Turismo Social para a sociedade e apesar de o número de estudos que exploram o contributo do Turismo Social direccionado para as famílias carenciadas ser muito reduzido¹, têm emergido alguns estudos que abordam a temática dos benefícios da prática de Turismo para os seus praticantes e existem já alguns Programas de Turismo Social para famílias. É o caso dos Programas “*Family Card Niederösterreich – Vysocina*”, na Áustria ou o “*TYPET bilateral exchange programme*” entre Portugal e a Grécia, que são dirigidos a famílias, mas não famílias economicamente desfavorecidas – no primeiro caso é aberto a todas as famílias com filhos e no segundo, a todas as famílias sócias da Associação promotora do Programa, a Fundação INATEL. Programas de Turismo direccionados para o segmento das famílias economicamente carenciadas são mais raros e relativamente recentes (Tabela 1). Apesar de terem como objectivo comum possibilitar o acesso a férias por parte de famílias economicamente carenciadas (exclusivamente ou como um dos públicos a abranger), estes Programas apresentam diferenças entre si. Essas diferenças vão desde as fontes de financiamento (Tabela 1), aos critérios de selecção dos participantes (Tabela 2), às componentes que os Programas integram (Tabela 3) e ao número de famílias que conseguem beneficiar.

Em termos de financiamento, a *Family Holiday Association (FHA)*, a *Impro Ceļojumi* e a *REKA - Swiss Travel Fund*, recorrem exclusivamente a fundos derivados de patrocínios e a financiamento por parte dos próprios participantes, não estando esses Programas associados a nenhum instrumento de Política Pública Social (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização da gestão de alguns Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas

Designação do Programa	Ano de início	Entidade Promotora/Gestora	País	Fontes de Financiamento
“Family Well-Being Break”	1974	Family Holiday Association (FHA)	Reino Unido	. Patrocínios . Financiamento por parte dos participantes (de acordo com o rendimento e com o tipo de Programa)
“Turismo Solidário”	2008	INATEL	Portugal	. Financiamento Público . Financiamento por parte dos participantes (de acordo com escalões de rendimento)
“Reka holiday	1939	REKA	Suíça	. Financiamento através de fundos próprios . Financiamento por parte dos participantes (de acordo

¹ Efectuando uma pesquisa, por assunto, numa base de artigos científicos de referência (ISI – Web of Science), para a expressão “tourism” obtiveram-se 16.186 resultados, enquanto com a expressão “social tourism”, obtiveram-se 18 resultados e com as expressões “tourism” ou “holidays” e “disadvantaged families”, obtiveram-se 0 resultados. Efectuando uma pesquisa com as expressões “social tourism” e “Portugal”, obtiveram-se 0 resultados e com as expressões “tourism” e “disadvantaged families” e “Portugal”, obtiveram-se 0 resultados.

assistance”				com escalões de rendimento)
“Holidays for Latvian low-income families to Czech Republic, Slovakia and Hungary”	a)	Impro Ceļojumi (Impro viagens – Empresa de Turismo)	Letónia	. Financiamento por parte da empresa, de todos os custos fixos . Financiamento por parte dos participantes, respeitante aos custos variáveis associados aos pacotes de viagem
“Aide aux Vacances Sociales”	1990	VACAF	França	. Financiamento público (Caisse Nationale des Allocations Familiales - CAF) . Financiamento por parte dos participantes
“Aides aux projets vacances” (AAPV) e “Bourse Solidarité Vacances” (BSV)	. AAPV: 1990 . BSV: 1998	Agence Nationale pour les Chèques Vacances (ANCV)	França	AAPV: . Financiamento através de associações e/ou entidades públicas . Financiamento por parte dos participantes (50%) BSV: . Financiamento através de associações e/ou entidades públicas e/ou agentes da oferta.

Legenda: a) Dados não disponíveis

Fontes: European Commission (2010a); INATEL (2010); Reka (2010); FHA (2010); ANCV (2009).

Relativamente aos critérios de selecção dos participantes, apesar de os escalões de rendimento mínimo e os documentos exigidos variarem entre os vários Programas, o objectivo é sempre garantir que os Programas beneficiarão as famílias que mais precisam de ajuda – as famílias com menores rendimentos (Tabela 2).

Tabela 2 – Caracterização de alguns Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas de acordo com os critérios de selecção dos participantes

Designação do Programa	Critérios de selecção
Family Well-Being Break	A família deverá ser indicada para participar no Programa através de um profissional que conheça e acompanhe a família, estando, assim, ciente da sua real situação, por exemplo, um assistente social, médico, professor. A família deve integrar pelo menos uma criança entre os 3 e 18 anos de idade, na altura em que será realizada a viagem A família ter rendimentos baixos: menos de £28.000 (cerca de 31.515€*) por ano ou menos de £538 (cerca de 606€*) por semana A família não ter tido férias nos últimos 4 anos
Turismo Solidário	Cidadãos residentes em Portugal Idade superior a 18 anos Rendimento bruto mensal inferior ou igual a dois salários mínimos nacionais (correspondente a 970€, em 2011) Os participantes poderão ser acompanhados pelos cônjuges e/ou outros membros dependentes do agregado familiar
Reka holiday assistance	A família deve integrar pelo menos uma criança menor de 18 anos de idade Os elementos da família devem ser cidadãos suíços ou ter residência no país. Não ter usufruído de férias Reka durante o ano em que se candidata O rendimento anual da família (todos os rendimentos e património devem ser considerados no acesso ao Programa) não exceder 57.000Fr. (cerca de 43.789€*). Em casos de famílias monoparentais, esse limite é de 47.000Fr. (cerca de 36.107€*). A partir da segunda criança por agregado familiar, estes limites de rendimento aumentam por fracções de 5.000Fr. (cerca de 3.841€*) por criança.
Aide aux Vacances Sociales	Ter um valor de imposto a pagar no ano anterior (Quotient Familial) inferior a 700€ Estar numa situação familiar delicada que exige acompanhamento individual profissional (médico ou social) Ser beneficiário da CAF de Roubaix-Tourcoing e ter pelo menos um filho menor a seu cargo

Aides aux projets vacances e Bourse Solidarité Vacances	Cumprir pelo <u>menos um</u> dos seguintes critérios: . Ter um valor de imposto a pagar no ano anterior inferior ou igual a 800€ (Quotient Familial CAF) . Ser beneficiário de Revenu Minimum d’Insertion (RMI) ou de Revenu de Solidarité Active (RSA) no ano em curso . Beneficiar de l’Allocation aux Adultes Handicapés (AAH) no ano em curso . Ter um rendimento anual de referência para cálculo do imposto dentro dos escalões definidos pela entidade promotora . Ser beneficiário da Couverture Maladie Universelle (CMU) no ano em curso
---	---

Legenda: * Considerando as taxas de câmbio no dia 12 de Abril de 2011

Nota: Não foi, ainda, possível obter este tipo de informação acerca do Programa *Holidays for Latvian low-income familie*

Fontes: INATEL (2010); Reka (2010); FHA (2010); ANCV (2009).

No que respeita às componentes que cada Programa integra, verifica-se também alguma variedade, sendo que o Programa promovido em Portugal é o único dos Programas analisados que apresenta uma única modalidade de viagem (Tabela 3).

Tabela 3 – Caracterização de alguns Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas de acordo com as modalidades de viagens oferecidas

Modalidades	Designação do Programa	Modalidades oferecidas
Várias	Family Well-Being Break	. Modalidade normal: alojamento em caravana, passes para algumas atracções e seguro médico (sujeito a avaliação médica). Duração variável de 3, 4 ou 7 noites. Poderá, eventualmente e em casos excepcionais, ser concedida uma “bolsa” à família para despesas que venham a ocorrer durante a viagem.
		. Modalidade “Group break” – modalidade associada à realização de viagens organizadas por quatro ou mais famílias
		Nota: A maioria dos Programas nas modalidades normal e “Group break”, integra exclusivamente destinos domésticos, sendo a maioria em “holiday parks” (como por exemplo os parques Haven ou Butlins).
	Reka holiday assistance	. Modalidade European Holiday Experience: modalidade que permite escolher como destino Paris ou Flandres, quer na época baixa quer na alta, em condições semelhantes às da modalidade normal de viagem.
		. Modalidade 1: Uma semana de férias numa das aldeias ou apartamentos Reka (Suíça).
		. Modalidade 2: Uma semana de férias em regime de meia pensão, em diversos albergues de juventude (Suíça).
Holidays for Latvian low-income families	. Modalidade 3: Uma semana de férias com programa especial para mães solteiras.	
	Nota: Em alguns destinos, em qualquer das modalidades, os participantes podem usufruir de um conjunto de descontos adicionais em atracções e actividades, com o “Reka Familypack”.	
Aide aux Vacances Sociales	. Estão disponíveis três tipos de pacotes de viagem de acordo com o tipo de destino (República Checa, Eslováquia e Hungria)	
	. As épocas das viagens são diversas e podem ocorrer, não só no Verão, como também durante outros períodos de férias escolares	
Aides aux projets vacances	. Planos de férias: . Período mínimo é de 7 dias e máximo de 14 dias, por ano civil, consecutivos ou não (a família pode decidir fazer só umas férias ou repartir pelo ano) . Individuais ou colectivos . Autónomos ou acompanhados . Alojamento num centro VACAF autorizado	
	. A época da viagem deverá coincidir com as férias escolares (excepto para as famílias com criança(s) com menos de 6 anos, ainda fora da escolaridade obrigatória)	
Aides aux projets vacances	. Planos de férias: . Individuais ou colectivos . Autónomos ou acompanhados	
	. Estadias de pelo menos quatro noites consecutivas fora da residência habitual. Períodos de curta duração (1 a 3 noites) são aceites para aqueles públicos incapazes de suportar estadias de longa duração	
		. Custo dia/estada/pessoa máximo de 85€, excepto em casos de existência de uma

		estratégia social ou médico-social particular. A ANCV atribui vouchers aos participantes, cujo objectivo é o de garantir apoio financeiro, sob a forma de descontos aos participantes (Programa não gratuito).
	Bourse Solidarité Vacances	. A ANCV atribui vouchers (de valor variável consoante os rendimentos dos participantes) para descontos em diversos serviços turísticos, nas entidades parceiras (alojamento e transportes)
Única	“Turismo Solidário”	. O pacote inclui: . 6 dias de férias (5 noites) . Regime de pensão completa ou meia pensão . Alojamento nas unidades hoteleiras INATEL . Transporte em autocarro desde o local acordado para a partida da viagem até à unidade hoteleira INATEL, e regresso . Passeios com duração de meio-dia . Participação em actividades de carácter lúdico e recreativo . Seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, durante a viagem e estada. Os destinos das viagens são, exclusivamente, destinos domésticos.

Fontes: European Commission (2010a); INATEL (2010); Reka (2010); FHA (2010); ANCV (2009).

Existe ainda uma diferença significativa em termos de número de participantes nos Programas. Em 2007, o *Aide aux Vacances Sociales* possibilitou 2.700 estadias (European Commission, 2010a). O Programa conjunto entre a FHA, a *Flanders Tourist Office* e a *French charity Vacances Ouvertes, European Holiday Experience*, permite que, por ano, 5 a 10 famílias viajem de/para cada um dos países envolvidos (European Commission, 2010a). O Programa *Reka holiday assistance* proporciona cerca de 50.000 dias de férias, por ano, a cerca de 1.200 famílias carenciadas na Suíça (Reka, 2010). Já em Portugal, em 2010 estava previsto que 5.300 pessoas beneficiassem das ofertas do Programa Turismo Solidário (INATEL, 2010).

Um outro aspecto que merece destaque é o facto de a FHA ser especialmente activa no sentido de demonstrar e divulgar o valor de iniciativas como as que promove, para o fortalecimento das relações internas da família e para a melhoria das condições psicológicas e emocionais das famílias carenciadas (McDonald, 2006). Um estudo levado a cabo em 2006, por esta associação, salienta a importância que os agentes que trabalham com famílias carenciadas atribuem ao acesso a férias: 81% dos agentes inquiridos considerou que o acesso a férias reforça os laços afectivos familiares e melhora a estabilidade familiar; 72% considerou que o acesso a férias reduz a marginalização e isolamento; 64% referiu a importância das férias na melhoria das condições de saúde das famílias; e 47% acreditava que as férias influenciam positivamente o rendimento escolar das crianças que integram as famílias (EUFED, 2008). Um estudo de Minnaert *et al* (2009), sobre os efeitos a curto e médio prazo da participação em Programas de Turismo Social, em 40 famílias inglesas de baixos rendimentos, que participaram em Programas promovidos pela FHA, comprova a importância que as férias podem ter para aumentar os laços familiares, a estabilidade das famílias (capital familiar), os contactos sociais das famílias e a sua participação social (capital social). Neste estudo verificaram-se, ainda, alterações positivas nos comportamentos (fundamentada pela aprendizagem através da experiência de viagem) e na postura face aos problemas.

Salienta-se, também, que o Programa de Turismo Social direccionado para famílias carenciadas, promovido pela fundação INATEL, Programa Turismo Solidário, tem como objectivo “permitir o acesso ao gozo de períodos de férias organizadas a um número significativo de cidadãos, contribuindo para a dinamização da economia nacional e, em particular, das actividades turísticas nas épocas baixa e média”, bem como “contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos mais carenciados, promovendo a interacção social enquanto factor de inclusão” (INATEL, 2010). Este Programa beneficia de apoio estatal devido ao reconhecimento, por parte do Estado, da “importância de assegurar a realização de iniciativas que contribuem para promover a solidariedade e a melhoria da

qualidade de vida dos cidadãos mais carenciados” (Despacho n°7429/2010). No entanto, esta iniciativa é muito recente (a primeira edição do Programa foi em 2008) e não existe qualquer estudo acerca dos contributos efectivos deste tipo de Programa para os segmentos-alvo e para a Sociedade, nem acerca da forma como estes Programas deverão ser implementados para maximizar esse contributo.

4. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Em 2008 Portugal foi identificado como o país da União Europeia com maior nível de desigualdades em termos de níveis de rendimento, observando-se que as famílias portuguesas apresentavam uma taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, de 18% (CE, 2008 e INE, 2008). Acresce a estes dados, o facto de as famílias economicamente carenciadas serem, geralmente, famílias com padrões repetitivos de organização e comportamento, padrões esses que funcionam como bloqueio à própria família (Sousa *et al*, 2007). Considerando este bloqueio, será essencial que o apoio social a prestar a estas famílias seja orientado para a activação das suas competências (Sousa *et al*, 2007).

A revisão da literatura conduzida neste estudo permitiu identificar os benefícios que o turismo pode proporcionar aos seus participantes. Identificaram-se aspectos relacionados com o fortalecimento das relações familiares e da rede social, o acesso à informação e a eventual mudança de perspectiva sobre a vida, que podem providenciar aos visitantes uma base para activarem as suas competências e o seu processo de mudança (Minnaert *et al*, 2009; Smith e Hughes, 1999). Acredita-se, desta forma, que o incentivo do Turismo Social para famílias economicamente carenciadas poderá facilitar a inclusão social destas famílias, incentivando a coesão e solidariedade sociais e alterando comportamentos que contribuem para perpetuar o ciclo vicioso da pobreza e exclusão social.

A revisão da bibliografia, aliada ao levantamento da prática existente, por um lado, revelou que existem ainda poucos Programas deste tipo e que os benefícios que podem advir da prática turística para famílias economicamente carenciadas, especialmente os benefícios ao nível da inclusão social, fundamentam a existência, criação e desenvolvimento dos sete Programas identificados e analisados no presente estudo. Apesar de terem um objectivo comum, os Programas diferem ao nível dos critérios de participação, das fontes de financiamento e das modalidades de viagem que disponibilizam. Por outro lado, constatamos que não existem estudos que avaliem os programas já existentes, nomeadamente os seus benefícios para os participantes, nem os processos de gestão e implementação desses Programas.

A integração de Programas de Turismo Social nas Políticas Sociais poderá, então, contribuir para o aumento da eficiência das Políticas Sociais e para a maximização dos benefícios dessas Políticas para a Sociedade. Porém, para se alcançar esse objectivo é fundamental conhecer os Programas de Turismo Social que têm sido desenvolvidos, comparar os seus resultados e práticas de gestão e implementação, com o intuito de se construírem Programas cada vez mais eficazes no cumprimento dos seus objectivos de combate à exclusão de famílias economicamente carenciadas. O tipo de análise efectuada no presente trabalho poderá constituir um importante ponto de partida para que, em estudos posteriores, se possa analisar pormenorizadamente a estrutura, as características e os efeitos de cada Programa, bem como a sua adequação às necessidades dos segmentos-alvo e possíveis formas de maximizar os seus efeitos positivos para os participantes e o seu retorno para a Sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, J., MATEO, S., & POU, L. (2010), “An analysis of households' appraisal of their budget constraints for potential participation in tourism”, *Tourism Management*, 31, 45-56.
- ALEXANDER, Z., BAKIR, A., & WICKENS, E. (2010), “An Investigation into the Impact of Vacation Travel on the Tourist”, *International Journal of Tourism Research*, in press.
- ANCV - Agence Nationale pour les Chèques-Vacances (2009), “l'Agence Nationale pour les Chèques-Vacances”, *Brochura de divulgação do Programa*.
- BAUER, M. W., & GASKELL, G. (eds.) (2002), *Qualitative Researching with text, image and sound – a practical handbook*, Sage Publications, London.
- COMISSÃO EUROPEIA - CE (2008), “Social Inclusion and Income Distribution in the European Union – 2007”, *European Observatory on the Social Situation - Social Inclusion and Income Distribution Network*.
- CRAWFORD, D. W., JACKSON, E. L., & GODBEY, G. (1991), “A hierarchical model of leisure constraints”, *Leisure Sciences: An Interdisciplinary Journal*, 13, 309 - 320.
- DANIELS, M. J., DROGIN RODGERS, E. B., & WIGGINS, B. P. (2005), “Travel Tales: an interpretive analysis of constraints and negotiations to pleasure travel as experienced by persons with physical disabilities”, *Tourism Management*, 26, 919-930.
- ENGLISH TOURIST BOARD (ETB) – Social Tourism Study Group (1976), *Holidays: the social need*, English Tourist Board, London.
- EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE – EESC (2006), *Opinion of the European Economic and Social committee on Social Tourism in Europe*, EESC, Brussels.
- EUROPEAN COMMISSION (2010a), “Calypso Study - Compendium of good practices”, *European Commission - DG Enterprise and Industry*.
- EUROPEAN COMMISSION (2010b), “Calypso Study - Final Report of the study ‘Tourism exchanges in Europe, enhancing employment, extending the seasonality spread, strengthening European citizenship and improving regional/local economies through the development of Social Tourism’ ”, *European Commission - DG Enterprise and Industry*.
- FAMILY HOLIDAY ASSOCIATION - FHA (2010), *Grant Application Process*, <http://www.breaksforall.org.uk/index.html>, acedido em Abril de 2011.
- FAMILY HOLIDAY ASSOCIATION - FHA (s/d), *Giving families a break: A guide to social tourism in the UK - Breaks for all*, <http://www.breaksforall.org.uk/index.html>, acedido em Abril de 2010.
- FUNDAÇÃO INATEL – INATEL (2010), *Programa Turismo Solidário – Regulamento 2010*, <http://www.inatel.pt/topimagecontent.aspx?menuid=32>, acedido em Março de 2011.
- GILBERT, D., & ABDULLAH, J. (2004), “Holidaytaking and the sense of well-being”, *Annals of Tourism Research*, 31, 103–121.
- HALL, D., & BROWN, F. (2006), *Tourism and Welfare: ethics, responsibility and sustained well-being*, CAB International, London.
- HAUKELAND, J. (1990), “Non-travellers: the flip side of motivation”, *Annals of Tourism Research*, 17, 172-184.
- HAZEL, N. (2005), “Holidays for Children and Families in Need: An Exploration of the Research and Policy Context for Social Tourism in the UK”, *Children & Society*, 19, 225-236.
- HUDSON, S., & GILBERT, D. (2000), “Tourism Constraints: The Neglected Dimension in Consumer Behaviour Research”, *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 8, 69 - 78.
- HUGHES, H. L. (1991), “Holidays and the economically disadvantaged”, *Tourism Management*, 12, 193-196.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (2008), “Rendimento e Condições de Vida – 2007”, Informação à comunicação Social, <http://www.ine.pt>, acessado em Julho de 2009.
- INTERNATIONAL BUREAU OF SOCIAL TOURISM – BITS (2009), *Concepts and definitions*, <http://www.bits-int.org/en/index.php>, acessado em Junho de 2009.
- MATHIESON, A., & WALL, G. (1990), *Tourism: economic, Physical and social impacts*, Logman Scientific & Technical.
- MCCABE, S., FOSTER, C., & URBINO, M. (s/d), “Briefing paper for policymakers: evaluating stated needs for support for holidays”, *Christel DeHaan Tourism & Travel Research Institute*, Nottingham University.
- MILL, R. C., & MORRISON, A. M. (1992), *The Tourist System: An Introductory Text*, Prentice-Hall, New Jersey.
- MINNAERT, L. (2007), “Social tourism: a potential policy to reduce social exclusion? The effects of visitor-related social tourism for low income groups on personal and family development”, in *Proceedings of the 39th Annual UTSG Conference*, Harrogate.
- MINNAERT, L., MAITLAND, R., & MILLER, G. (2009), “Tourism and social policy - The value of social tourism”, *Annals of Tourism Research*, 36, 316-334.
- MITCHELL, R. (1998), “Learning through Play and Pleasure Travel: Using Play Literature to Enhance Research into Touristic Learning”, *Current Issues in Tourism*, 1(2), 176-188.
- NYAUPANE, G. P., MORAIS, D. B., & GRAEFE, A. R. (2004), “Nature Tourism Constraints: A Cross-Activity Comparison”, *Annals of Tourism Research*, 31, 540-555.
- RAYMORE, L., GODBEY, G., CRAWFORD, D., & EYE, A. (1991) “Nature and process of leisure constraints: an empirical test”, *Leisure Sciences*, 15, 99-113.
- REKA (2010), “Aide aux vacances Reka 2011 - Des vacances pour familles biparentales et monoparentales à faible revenu”, *Brochura de divulgação do Programa*.
- SHAW, G. & COLES, T. (2004), “Disability, holiday making and the tourism industry in the UK: a preliminary survey”, *Tourism management*, 25, 397 - 403.
- SMITH, V. & HUGHES, H. (1999) “Disadvantaged families and the meaning of the holiday”, *International Journal of Tourism Research*, 1, 123-133.
- SOUSA, L., HESPANHA, P., RODRIGUES, S., & GRILO, P. (2007), *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção*, Climepsi editores Lisboa.
- WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL, W. T. T. C. (2009a), *Travel and Tourism Economic Impact - Executive Summary 2009*.
- WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL, W. T. T. C. (2009b), *Travel and Tourism Economic Impact - Portugal 2009*.
- YAU, M. K., MCKERCHER, B., & PACKER, T. (2004), “Traveling with a disability: more than an access issue”, *Annals of Tourism Research*, 31, 946-960.